



CAPA

COMEÇAR DE NOVO?

Menos de três meses após o início do segundo mandato, o arranjo institucional que sustenta o governo se desintegra

por ANDRÉ BARROCAL

AO ASSUMIR o segundo mandato, Dilma Rousseff anunciou na Câmara dos Deputados o lema do governo dali por diante: “Brasil, pátria educadora”. Onze semanas depois, o escolhido para transformar o slogan em realidade à frente do Ministério da Educação foi ao mesmo plenário e realmente fez história. Chamado a explicar uma declaração do fim de fevereiro, segundo a qual a “direção da Câmara será um problema grave para o Brasil” e havia ali “uns 300, 400 deputados achacadores”, Cid Gomes evitou os panos quentes. Ao contrário.

Diante do presidente da Casa, Eduardo Cunha, símbolo das críticas do ministro, pediu desculpas a quem se sentiu pessoalmente ofendido, mas assumiu e repetiu afirmações. Foi além. Dedo em riste na direção de Cunha, que o havia chamado de mal-educado dias atrás, disparou: “Prefiro ser acusado de mal-educado a ser acusado de achacar empresas, como ele”. Gomes sugeriu ainda aos parlamentares da base aliada não dispostos a defender o governo: “Larguem o osso”. Aplaudido por quem acompanhava o depoimento das tribunas da Câmara, o ministro deixou o Congresso, dirigiu-se ao Palácio do Planalto e entregou o cargo. Dilma Rousseff aceitou. A conversa durou pouco e a saída foi comunicada em uma nota lacônica.

O episódio encerra por ora uma rixa entre as famílias Gomes e Cunha, a favor deste último. Por causa do momento, contém, no entanto, um significado político maior, qui-

çá um prenúncio. A administração inaugurada sob o lema “pátria educadora” está obrigada a recomçar do zero, como apelam conselheiros e aliados da presidenta. E como já se admite no Planalto. Acuada pelas manifestações pró-*impeachment* e pelas queixas contra o ajuste fiscal, sempre em choque com a classe política e tímida diante dos microfones, a presidenta vê seu ibope em queda livre e perto dos índices de Fernando Collor às vésperas da deposição. É a pior fase do lulismo desde 2003.

A distribuição de forças dentro do governo, desenhada na montagem da Esplanada dos Ministérios, passa por uma revisão. Se de início a aposta era reduzir a dependência do PMDB, até por conta da presença de personagens da estirpe de Cid Gomes, do PROS, a ordem agora

ED FERREIRA/ESTADÃO CONTEÚDO E GIVALDO BARBOSA/AG. O GLOBO





A presidenta perde o ministro Cid Gomes, culpado por dizer verdades à Câmara e seu presidente, Eduardo Cunha

é a busca de uma reaproximação com o partido do vice Michel Temer. O núcleo do governo promete, finalmente, incorporar os peemedebistas ao centro das decisões, o que significa em última instância mais cargos em todos os escalões. Antecessor de Cunha no comando da Câmara, Henrique Alves se aquece à beira do campo, à espera da escalafão.

O rearranjo tende a atingir os ocupantes dos estratégicos postos palacianos. Os ameaçados são os chefes da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas, ambos do PT. Comandados pelo ex-presidente Lula, parlamentares petistas estão em campanha para tirar



de Mercadante o posto de principal conselheiro e estrategista de Dilma. Não enxergam nele habilidade para compensar a falta de jogo de cintura da presidenta. A crítica estende-se a Vargas. Para a função de Mercadante, Lula e o PT querem o ministro da Defesa, Jaques Wagner.

Dilma, não é de hoje, tem sido pressionada a esvaziar o poder de Mercadante, mas a delicada conjuntura aos poucos mina seu poder de resistir. A dúvida é em qual função Wagner assumiria o leme político do governo. Na própria Defesa? Na Casa Civil? A presidenta gosta do estilo gerencial de Mercadante e não quer abrir mão do auxiliar. Muito menos o chefe da Casa Civil parece disposto a ver seu espaço reduzido. A hipótese de voltar à Educação não o entusiasma. Enquanto isso, Wagner observa a distância a hipótese de integrar a chamada cozinha do Planalto.

A pressão em prol de um rearranjo do governo aumentou após as manifestações do domingo 15, que levaram milhares de brasileiros às ruas em várias cidades do País. Graças à fragilidade política da mandatária e a uma marotice da oposição, o governo fez acrobacias com o assunto. O objetivo dos fomentadores dos atos era pedir a deposição presidencial, por *impeachment* ou por meio de um golpe militar. Dilma reagiu, porém, como se as passeatas fossem apartidárias e espontâneas e reivindicassem apenas o fim da corrupção. Em entrevista na segunda-feira 16, declarou-se “humilde” e pronta a “escutar” e “dialogar” com as ruas. Resta saber como seria possível conversar com quem não aceita outra solução senão a sua saída da Presidência. No dia seguinte, o Vem Pra Rua, um dos promotores das manifestações, divulgou “carta de repúdio às reações do governo federal”. E anunciou novos protestos para 12 de abril.

A organização das marchas e o perfil de seus participantes evidenciaram a pouca disposição para conversa. Vá-



Aécio Neves e FHC
estimulam o caos



rias páginas no Facebook convocatórias dos protestos defendiam o *impeachment*. Dos 210 mil manifestantes que foram à Avenida Paulista, diz o Datafolha, 47% exigiam o “Fora Dilma” ou “Fora PT”. Outros 47% afirmavam protestar contra a corrupção. Como 90% dos entrevistados disseram crer que Dilma sabia da corrupção na Petrobras, até quem dizia protestar genericamente contra a corrupção mirava a presidenta. No Paraná, o cenário era bem parecido. Segundo o instituto Paraná Pesquisas, 85% dos manifestantes defendiam o *impeachment*.

Os tucanos também tiveram sua cota de acrobacia no trato das manifestações. Estimularam os protestos, ajudaram a

organizá-los (até financeiramente, consta), mas queriam aparecer apenas como intérpretes, não líderes do movimento. Uma tentativa de fugir do rótulo de golpistas. A artimanha explica uma certa dubiedade do tucano-mor, o ex-presidente Fernando Henrique. Antes dos protestos, FHC comparava o *impeachment* à bomba atômica: para dissuadir, não para usar. Depois, afirmou que a presidenta tem perdido as condições de governar e que, caso apareçam provas de seu envolvimento no escândalo da Petrobras, “a lei deve ser cumprida”.

O PSDB esforça-se para vincular Dilma à Operação Lava Jato. Depois de o ministro Teori Zavascki, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, ter arquivado um pedido do oposicionista PPS de abertura da investigação contra a petista, o senador Aécio Neves, presidente nacional do partido, e uma frente da oposição encaminharam ao magistrado um novo pedido na quarta-feira 18. Para acalmar os opositores, Zavascki solicitou um novo parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, inicialmente contrário à ideia.



Rossetto e Cardozo:
o silêncio teria sido
mais produtivo

Não fosse a fragilidade política, o governo não precisaria se preocupar com a tentativa da oposição de usar as ruas para derrubá-lo. E a falta de criatividade e iniciativa leva-o às soluções habituais e que não têm dado resultado animadores. Em resumo, uma tentativa de reconquistar o apoio de um Congresso cada vez mais alinhado à ideia do salvar-se quem puder e outra de convencer velhos aliados de que o ajuste fiscal recolocará o País novamente nos trilhos, apesar dos altos custos da transição.

Em seu plano de embaralhar o *impeachment* e as manifestações, o PSDB contou com o costumeiro apoio da mídia, diz o deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Para ele, as passeatas foram noticiadas pelas tevês como “apartidárias, bonitas e pacíficas”, o que empurrou um “governo fraco e sem comando” para uma “reação burocrática”. Estimulado pela cobertura jornalística, houve petista desgostoso com Dilma que preferiu ficar com as ruas. No dia dos protestos, o senador Walter Pinheiro, da Bahia, leu na internet que um ministro

REAÇÕES DISTINTAS DO GOVERNO: FALOU GROSSO COM OS PROTESTOS DO DIA 13 E FINO COM AS MANIFESTAÇÕES DO DIA 15

estranhara os cálculos da Polícia Militar sobre o número de presentes. Ligou para o ministro e disparou: “Em vez de ficar preocupado se tinha 10 ou 10 mil, deveria se preocupar com o recado, não importa de quem veio”. O anônimo ministro acertou, como mostraria o Datafolha. A PM exagerou, em São Paulo e em Porto Alegre, no mínimo.

Preocupado, Lula reuniu-se com auxiliares na segunda-feira 16 e em seguida viajou a Brasília. Na capital federal, conversou com aliados e jantou com Dilma. Não se conhece o exato teor da conversa, mas houve uma tentativa de reação

do governo nos dias posteriores. A presidenta lançou um pacote anticorrupção e outro de moralização no futebol. Continua, porém, sem medidas mais práticas que a tirem da posição defensiva.

Essa inação está clara em uma avaliação aparentemente produzida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência e vazada a jornalistas na terça-feira 17. O texto, que erra em vários diagnósticos, admite a existência de uma “comunicação errada e errática”. E vê nos eleitores dilmistas “um sentimento de abandono e traição” crescente, desde a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e das medidas de ajuste fiscal, contra as quais partidários de Dilma foram às ruas na sexta-feira 13. Em relação a essas manifestações, o Palácio do Planalto reagiu de forma diferente. Nada da “humildade” exibida diante da turma *pró-impeachment*. A presidenta preferiu um tom mais duro e firme, sem concessões. “Não vou deixar de dizer para todo mundo que nós queremos fazer o ajuste.” E mais: ele seria praticado “com convicção e com paixão”.

A análise interna da Secretaria de Comunicação tornou-se pública graças a um equívoco do ministro Thomas Traumann, que enviou o texto por e-mail por engano a um repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. O engano custou mais dor de cabeça ao Planalto. O senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB paulista, pediu a convocação do ministro ao Senado. Quer explicações sobre o que considera o uso indevido de verba oficial para a manutenção de uma rede de propaganda partidária. Traumann saiu de férias, até para cuidar de problemas familiares. ■